

O governo desmente o choque.

Mas...

As taxas mensais de inflação acima dos 20%, com tendência a desgarrar, parecem estar deixando o governo às cegas. A crer nas afirmações do líder do PFL na Câmara, José Lourenço, após reunir-se ontem com o presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada, ele está disposto a esperar até dezembro a reversão das taxas de inflação, mas se até lá a política do feijão com arroz nada conseguir serão adotadas novas medidas de impacto. Já segundo o porta-voz do presidente, Carlos Henrique Santos, não estão previstas medidas mais fortes, com um "choque", nem agora nem depois. Ele negou as informações de José Lourenço e disse que o governo continuará a política de controle dos gastos públicos, por encontrar aí a "origem do mal".

O presidente José Sarney, segundo o líder do PFL, foi surpreendido com os prognósticos da inflação oficial de setembro que, segundo ele, deverá ser superior a 24%. A partir de agora, disse Lourenço, Sarney faz questão de acompanhar quase que diariamente o comportamento dos preços em todos os Países. "O presidente está muito preocupado e não se conforma com o atual patamar da inflação oficial, mas espera que a política econômica do ministro Mailson da Nóbrega comece a dar resultados até o final do ano. Se até lá a inflação não ceder, serão adotadas novas medidas", informou José Lourenço.

O líder do PFL negou, no entanto, que

as medidas de impacto viriam sob forma de um novo choque ou congelamento. "Estamos até hoje pagando a conta desses dois irresponsáveis", disse José Lourenço, referindo-se aos planos econômicos dos ex-ministros Dilson Funaro e Luiz Carlos Bresser Pereira. "Eles mentiam ao presidente e colocaram o Brasil com uma péssima imagem no plano internacional." Mas José Lourenço não quis especificar que medidas de impacto poderiam ser adotadas.

Revelou também depois do encontro com Sarney que o governo estuda a criação de um novo tributo para carrear recursos para o DNER-Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

O ministro João Batista de Abreu, do Planejamento, negou ontem, por sua vez, que o governo tenha a intenção de mudar o índice de preços ao consumidor por outro índice de inflação. Ele admitiu que numa reunião informal de alguns ministros, na ante-sala do presidente Sarney, na semana passada, o IPC foi criticado, em confronto com os números da Fipe-Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, que apurou um número inferior ao do IBGE em agosto. "O índice é intocável, não mudaremos a metodologia, nem haverá expurgos, enquanto for ministro do Planejamento." João Batista de Abreu também insistiu em que nenhum plano antiinflação com medidas de impacto está sendo analisado pelo governo.